

**Centrais Eólicas Macambira S.A. –
em recuperação judicial**

Demonstrações financeiras
referentes ao exercício findo em
31 de dezembro de 2022

Índice

1.	INFORMAÇÕES GERAIS.....	8
2.	APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	11
3.	DEBÊNTURES PRIVADAS.....	13
4.	IMOBILIZADO.....	15
5.	FORNECEDORES.....	16
6.	OUTRAS CONTAS A PAGAR.....	16
7.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	16
8.	DESPESAS.....	17
9.	RESULTADO FINANCEIRO.....	18
10.	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	18
11.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO.....	18
12.	TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA.....	20
13.	EVENTOS SUBSEQUENTES.....	20

CENTRAIS EÓLICAS MACAMBIRA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (Companhia em fase pré-operacional)

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVOS</u>	Nota explicativa	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO</u>	Nota explicativa	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa		1	-	Fornecedores	5	1.132	824
Tributos a recuperar		7	11	Tributos a recolher		-	63
Despesas antecipadas		14	9	Outras contas a pagar	6	4.397	4.320
Total dos ativos circulantes		<u>22</u>	<u>20</u>	Total dos passivos circulantes		<u>5.529</u>	<u>5.207</u>
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Debêntures privadas	3	2.989	2.931	Fornecedores	5	5.849	6.000
Depósitos Judiciais		44	42	Outras contas a pagar	6	3.167	1.737
Imobilizado	4	4.096	4.096	Total dos passivos não circulantes		<u>9.016</u>	<u>7.737</u>
Total dos ativos não circulantes		<u>7.129</u>	<u>7.069</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO			
				Capital social		17.701	17.701
				Recursos para futuro aumento de capital		298	97
				Prejuízos acumulados		(25.393)	(23.653)
				Total do patrimônio líquido negativo		<u>(7.394)</u>	<u>(5.855)</u>
				TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO			
TOTAL DOS ATIVOS		<u><u>7.151</u></u>	<u><u>7.089</u></u>			<u><u>7.151</u></u>	<u><u>7.089</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
DESPESAS			
Gerais e administrativas		(149)	(137)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado		-	(1.259)
Outras despesas		(1.512)	(154)
Total	8	(1.661)	(1.550)
Resultado de equivalência patrimonial	1.1.1	-	(3.373)
Ganho na alienação de ativos	1.1	-	70
Total		-	(3.303)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(1.661)	(4.853)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		59	9
Despesas financeiras		(138)	(476)
Total	9	(79)	(467)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(1.740)	(5.320)
Prejuízo por ação básico e diluído (expressos em reais - R\$)	7.3	(0,10)	(0,32)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo do exercício	(1.740)	(5.320)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(1.740)</u>	<u>(5.320)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DOS PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital Social	Recursos para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido negativo
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		14.215	-	(18.333)	(4.118)
Aumento de capital		3.429	-	-	3.429
Recursos para futuro aumento de capital		-	154	-	154
Capitalização dos recursos para futuro aumento de capital		57	(57)	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	(5.320)	(5.320)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>17.701</u>	<u>97</u>	<u>(23.653)</u>	<u>(5.855)</u>
Recursos para futuro aumento de capital	7.2	-	201	-	201
Prejuízo do exercício		-	-	(1.740)	(1.740)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	7	<u>17.701</u>	<u>298</u>	<u>(25.393)</u>	<u>(7.394)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(1.740)	(5.320)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:			
Equivalência patrimonial	1.1.1	-	3.373
Ganho na alienação de ativos	1.1	-	(70)
Juros sobre debêntures privadas	3	(58)	(7)
Provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado	4	-	1.259
Juros sobre fornecedores e impostos		138	476
Provisão para perda a valor recuperável de crédito de pis/cofins		-	169
 (Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Tributos a recuperar		4	-
Despesas antecipadas		(5)	(1)
Depósitos judiciais		(2)	(1)
 Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		19	(1)
Tributos a recolher		(63)	(46)
Outras contas a pagar		1.507	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(200)</u>	<u>(169)</u>
 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimento na alienação de ativos	1.1	-	2.924
Debêntures privadas	3	-	(2.924)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>-</u>	<u>-</u>
 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recurso para futuro aumento de capital	7.2	201	154
Partes relacionadas		-	6
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>201</u>	<u>160</u>
 AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>1</u></u>	<u><u>(9)</u></u>
 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		-	9
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1	-
 AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>1</u></u>	<u><u>(9)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Centrais Eólicas Macambira S.A. – em recuperação judicial (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado controlada diretamente pela Renova Energia S.A. – em recuperação judicial (“Renova Energia”), e que faz parte do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase B (“ASIII - Fase B”), do Grupo Renova, que representa as empresas sob controle direto da Renova Energia. A Companhia foi constituída em 13 de agosto de 2013 e tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico, localizado no Estado da Bahia e atualmente encontra-se com as obras de construção de seu ativo paralisadas.

Em 4 de junho de 2019 a ANEEL revogou as outorgas de autorização desse projeto eólico, tendo a Administração da Companhia apresentado a Diretoria da ANEEL pedido de reconsideração da decisão de revogação da autorização. O pedido foi negado e as outorgas canceladas. A Companhia entrou com nova solicitação visando à não execução das garantias de fiel cumprimento relativas ao projeto, essa solicitação continua pendente de julgamento por parte da ANEEL. Adicionalmente, conforme divulgado na nota 6, a Companhia constituiu provisão no montante de R\$4.320 para fazer face às penalidades impostas pela ANEEL em decorrência do cancelamento dessa outorga.

1.1 Venda de Ativos – UPI Fase B

Em 11 de fevereiro de 2021, a controladora Renova Energia realizou o processo competitivo para a alienação da UPI Fase B prevista nos planos de recuperação judicial do Grupo Renova, no qual o PSS Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“PSS”), gerido pela Prisma Capital Ltda., sagrou-se vencedor com a oferta no valor de R\$58.386.

UPI AS III Fase B que engloba os projetos de geração de energia atualmente sob a titularidade das empresas que compõem o Alto Sertão III – Fase B, que inclui determinados ativos da Companhia

Conforme Fato Relevante, em 05 de abril de 2021 a controladora Renova Energia concluiu a venda da UPI Fase B, nos termos previstos no Edital e nos planos de recuperação judicial do Grupo Renova. Inicialmente, a operação transferiu à sociedade Ventos Altos Energias Renováveis Ltda., subsidiária do PSS, determinados ativos e direitos do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase B pelo valor de R\$ 50.730, após ajustes pré-fechamento que reduziu a capacidade instalada dos ativos transferidos de 408MW para 355,2MW, em decorrência da não transferência de determinados direitos. Após transferência dos direitos remanescentes o valor da operação foi ajustado para R\$59.807.

Abaixo demonstramos o valor do ganho em toda a operação sem considerar os efeitos tributários:

<u>Descrição</u>	<u>Total</u>	<u>Participação da Companhia</u>
Valor da venda	59.807	2.924
Custo do investimento	(58.380)	(2.854)
Ganho na alienação	<u>1.427</u>	<u>70</u>

1.1.1 Reorganização societária

Em 31 de março de 2021 a Companhia e demais empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase B aportaram capital na Azalea Participações S.A. mediante transferência de bens, avaliados nos termos de laudo de avaliação aprovado na assembleia geral que deliberou pelo aumento de capital.

Saldo 31 de dezembro de 2020	-
Integralização de capital	6.227
Equivalência patrimonial	(3.373)
Alienação das ações	<u>(2.854)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u><u>-</u></u>

1.2 Recuperação judicial

Em 16 de outubro de 2019 a controladora Renova Energia e determinadas controladas, incluindo a Companhia, protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Em 18 de dezembro de 2020 a controladora Renova Energia e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES, que inclui a Companhia e um segundo plano contemplando a controladora Renova Energia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizadas nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação pelo Juízo.

Os passivos da Companhia negociados no âmbito da recuperação judicial estão centralizados na classe III conforme apresentado a seguir:

Classes	Saldo em 31/12/2021	Pagamentos realizados	Juros	Saldo em 31/12/2022
Classe I - credores trabalhistas	2	(2)		-
Classe III - credores quirografários	7.736	(1)	158	7.893
Total	<u>7.738</u>	<u>(3)</u>	<u>158</u>	<u>7.893</u>

Classes	Saldo em 31/12/2020	Créditos habilitados	Pagamentos realizados	Créditos convertidos em ação da Controladora	Juros	Saldo em 31/12/2021
Classe I - credores trabalhistas	-	2	-	-	-	2
Classe III - credores quirografários	9.080	(7)	(3)	(1.423)	89	7.736
Total	<u>9.080</u>	<u>(5)</u>	<u>(3)</u>	<u>(1.423)</u>	<u>89</u>	<u>7.738</u>

A Classe III é composta pelos credores quirografários que serão pagos da seguinte forma:

- a) Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 será pago a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 em até 90 dias e mais R\$ 1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros.
- b) O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- c) Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R\$ 100 a ser distribuído de forma pro rata entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.
- d) O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral	Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%	Ano 9	2,5%	5,0%
Ano 4	2,5%	2,5%	Ano 10	5,0%	5,0%
Ano 5	2,5%	2,5%	Ano 11	5,0%	5,0%
Ano 6	2,5%	2,5%	Ano 12	5,0%	5,0%
Ano 7	2,5%	2,5%	Ano 13	5,0%	5,0%
Ano 8	2,5%	2,5%	Ano 14	10,0%	12,5%

A íntegra dos planos de Recuperação Judicial aprovados, as atas da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial do Grupo Renova estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com os planos de recuperação judicial propriamente ditos.

1.3 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 1.740 (2021, R\$5.320), possui prejuízos acumulados de R\$25.393 (2021, R\$23.653), passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R\$5.187 e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$7.394 (2021, R\$5.855).

Em dezembro de 2022, o Grupo Renova concluiu as obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, um dos 10 maiores complexos eólicos da América Latina. Com seus parques em operação comercial, a Administração da Companhia entende que terá os recursos necessários para honrar com os compromissos do Grupo Renova.

A recuperação judicial faz parte da reestruturação do Grupo Renova e tem por objetivo recuperar a saúde financeira, bem como preparar uma base sólida para os próximos anos, com foco na rentabilidade dos negócios do Grupo Renova. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo exceto quando indicado, foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2023.

2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e toma decisão de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros

são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia classifica nessa categoria o caixa e equivalentes de caixa.

b) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem:

- Fornecedores (nota 5).

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

2.3.2. Ativo imobilizado

2.3.2.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

2.3.2.2 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

2.3.3. Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. O principal julgamento, estimativa e premissa utilizado para a elaboração dessas demonstrações financeiras está listado a seguir:

2.4.1. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor recuperável de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3. DEBÊNTURES PRIVADAS

A controladora Renova Energia emitiu Instrumento particular de escritura da 8ª e 10ª emissão privada de debêntures não conversíveis em ações, em uma única série, remuneradas a juros equivalentes a variação acumulada da TR acrescidos a 0,5% a.a., subscritas integralmente pela Companhia, conforme apresentado a seguir:

<u>Data</u>	<u>Subscritor</u>	<u>Emissão privada</u>	<u>Valor</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2022</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2021</u>
05/04/2021	Fase B	8ª	2.480	24/03/2025	2.535	2.486
03/09/2021	Fase B	10ª	444	03/09/2026	454	445
			<u>2.924</u>		<u>2.989</u>	<u>2.931</u>

3.1 Movimentação

	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	-
Captação de debêntures privadas	2.924	-	2.924
Juros	-	7	7
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>2.924</u>	<u>7</u>	<u>2.931</u>
Juros	-	58	58,00
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>2.924</u>	<u>65</u>	<u>2.989</u>

4. IMOBILIZADO

	Saldo em 31/12/2020	Reclassificação transferência ativos mantidos para venda	Adição	Reclassificação entre rubricas ^(*)	Aumento de capital Azalea	Saldo em 31/12/2021 e 31/12/2022
Imobilizado em curso						
Geração						
Terrenos	-	2	-	-	-	2
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	3.097	-	-	-	3.097
Torres de medição	-	6	-	-	-	6
A ratear	-	3.587	-	(216)	-	3.371
Aerogeradores	-	596	-	-	-	596
Equipamentos de subestação	-	8.242	-	(310)	(6.227)	1.705
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	-	(3.422)	(1.259)	-	-	(4.681)
Total do imobilizado em curso	-	12.108	(1.259)	(526)	(6.227)	4.096
Direito de uso						
Contratos de arrendamento	-	11	-	(11)	-	-
(-) Amortização contratos de arrendamento	-	(2)	-	2	-	-
Total do direito de uso	-	9	-	(9)	-	-
Total do imobilizado	-	12.117	(1.259)	(535)	(6.227)	4.096

Nota 1: Efeito da conciliação de fornecedores no exercício.

O saldo do imobilizado refere-se basicamente a gastos iniciais com a construção do parque eólico, cujas obras encontram-se paralisadas.

Determinados ativos e direitos da Companhia foram transferidas para a controlada Azalea (UPI Fase B), que posteriormente teve suas ações alienadas conforme nota 1.1. Em função dessa movimentação, a Companhia ajustou o saldo da provisão para redução a valor recuperável do ativo anteriormente constituída.

5. FORNECEDORES

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores	825	823
Fornecedores recuperação judicial	<u>6.156</u>	<u>6.001</u>
Total	<u><u>6.981</u></u>	<u><u>6.824</u></u>
Apresentados como:		
Circulante	1.132	824
Não circulante	<u>5.849</u>	<u>6.000</u>
Total	<u><u>6.981</u></u>	<u><u>6.824</u></u>

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.2, totaliza R\$6.156 - Classe III.

6. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Penalidades regulatórias ^(a)	5.827	4.320
Outros ^(b)	<u>1.737</u>	<u>1.737</u>
Total	<u><u>7.564</u></u>	<u><u>6.057</u></u>
Apresentados como:		
Circulante	4.397	4.320
Não circulante	<u>3.167</u>	<u>1.737</u>
Total	<u><u>7.564</u></u>	<u><u>6.057</u></u>

a. Refere-se a valores provisionados em favor da:

i) ANEEL no montante de R\$4.320 referente a penalidade aplicada pelo cancelamento da outorga do parque eólico da Companhia, ocorrida em 4 de junho de 2019. Em 26 de maio de 2022 o processo foi remetido para Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração (“SCG”), para apuração da penalidade (nota 13.4); e

ii) ONS no montante de R\$1.507 referente a multa aplicada pelo cancelamento do contrato CUST, que será pago nos termos do plano de recuperação judicial (Classe III).

b. Refere-se a valores a pagar relacionados a processos cíveis, que compõem os credores Classe III, do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.2, no montante de R\$1.737.

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

7.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$17.701 e está dividido em 17.701.313 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

7.2. Recursos para futuro aumento de capital

Recursos aportados pela controladora Renova Energia, no montante de R\$201 (2021, R\$154), dos quais R\$57 foram capitalizados em 2021 e o saldo restante, R\$298, será capitalizado até a assembleia de acionistas que aprovará as contas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

7.3. Prejuízo por ação

O prejuízo por ação básico é calculado por meio da divisão do prejuízo do período atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui diluição de ações.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo do prejuízo básico por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo do exercício	(1.740)	(5.320)
Prejuízo por ação básico e diluído:		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	<u>17.701</u>	<u>16.737</u>
Prejuízo por ação básico e diluído (em R\$)	<u>(0,10)</u>	<u>(0,32)</u>

8. DESPESAS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Gerais e administrativas</u>		
Pessoal e administradores	-	(6)
Seguros	(167)	(107)
Serviços de terceiros	(12)	(30)
Impostos e taxas	30	6
	<u>(149)</u>	<u>(137)</u>
<u>Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado (nota 4)</u>	-	(1.259)
<u>Outras despesas</u>		
Penalidades contratuais e regulatórias (nota 6)	(1.507)	-
Provisão para perda a valor recuperável de crédito de pis/cofins ¹	-	(169)
Tust - Tarifa de uso do sistema de transmissão ²	-	11
Outras receitas (despesas)	(5)	4
	<u>(1.512)</u>	<u>(154)</u>
Total	<u>(1.661)</u>	<u>(1.550)</u>

Nota 1: A Companhia avaliou os créditos de PIS e COFINS a recuperar acumulados originários das despesas de TUST e identificou a necessidade de constituir uma provisão para redução ao valor realizável desses créditos no montante de R\$169, considerando a incerteza na sua realização nos próximos anos.

Nota 2: A partir de agosto de 2020 a ONS suspendeu a cobrança da Tust para a Companhia.

9. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas financeiras		
Juros recebidos - debêntures	58	7
Outras receitas financeiras	<u>1</u>	<u>2</u>
Total das receitas financeiras	<u>59</u>	<u>9</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre fornecedores e impostos	(138)	(476)
Resultado financeiro	<u>(79)</u>	<u>(467)</u>

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia não apurou lucro tributável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 e possui saldos de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo fiscal do exercício	(1.740)	(718)
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	<u>(9.059)</u>	<u>(8.341)</u>
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u>(10.799)</u>	<u>(9.059)</u>

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1	-	1	-
Não circulante				
Debêntures privadas	2.989	2.931	2.989	2.931
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	1.132	824	1.132	824
Não circulante				
Fornecedores	5.849	6.000	5.849	7.342

b) Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1	-	-	-
Não circulante				
Debêntures privadas	2.989	-	2.931	-
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	1.132	-	824
Não circulante				
Fornecedores	-	5.849	-	6.000

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

d) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

O plano de recuperação judicial da Companhia permitiu alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos, conforme apresentado na nota 1.2. Assim a Administração entende que, com o sucesso do plano de recuperação judicial e das medidas mencionadas na referida nota, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

12. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os exercícios de 2022 e 2021, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto as seguintes transações não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	31/12/2021
Aumento de capital em investida com imobilizado	1.1.1 e 4	(6.227)
Reversão da provisão - imobilizado	4	(535)
Capitalização de recursos para futuro aumento de capital		1.429
Aumento de capital com rateio de despesas		577
Capitalização de créditos de terceiros		1.423

13. EVENTOS SUBSEQUENTES

13.1 Homologação aumento de capital da controladora Renova Energia

Em 02 de fevereiro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento de capital social da controladora Renova Energia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado em reunião de 29 de novembro de 2022, para capitalização de créditos detidos por credores do Grupo Renova Energia, de forma a efetivar o “6º Processo de Aumento de Capital e Conversão”, nos termos dos planos de recuperação judicial.

O aumento de capital da controladora Renova Energia foi homologado com o valor de R\$ 31.297, representado por 5.336.210 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 2.668.102 ações ordinárias e 2.668.108 ações preferenciais. Conseqüentemente, o capital social da controladora Renova Energia passa a ser de R\$ 4.170.394, dividido em 249.483.956 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 124.741.981 ações ordinárias e 124.741.975 ações preferenciais. Esta capitalização representou uma diminuição do endividamento do Grupo Renova em R\$ 31.235.

13.2 Decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) sobre coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o STF julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal concluiu, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva “coisa julgada” a favor dos contribuintes perdem seus efeitos se, depois, o STF tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade se, e quando, o STF entender em sentido contrário.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes concluiu que a decisão não resulta em impactos em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

13.3 Aditamento aos planos de recuperação judicial (acordo de Standstill)

Em 10 de dezembro de 2023, a controladora Renova Energia informou aos acionistas e ao mercado em geral que, em razão da continuidade da negociação mantida no âmbito de sua recuperação judicial com

os credores titulares de créditos com garantia real – classe II (“Credores com Garantia Real”), celebrou novos aditamentos ao seu plano de recuperação judicial e ao plano de recuperação judicial das sociedades que compõem o Alto Sertão III (em conjunto, os “Planos”), os quais foram protocolados nos autos da Recuperação Judicial em 08 de dezembro de 2023, havendo o compromisso da unanimidade dos Credores com Garantia Real no sentido de manifestarem sua adesão a tais aditamentos.

13.4 Devolução das garantias de fiel cumprimento – Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase B

Em 11 de dezembro de 2023, a Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações dos Serviços de Energia Elétrica - SCE (à época SCG) suspendeu a execução das garantias de fiel cumprimento vinculadas às usinas pertencentes ao Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase B e arquivou os processos de execução, liberando as apólices de seguro garantia. Dessa forma, a Companhia reverteu a provisão anteriormente constituída no valor de R\$4.320.

* * *
